

Caderno de Questões

NÍVEL SUPERIOR	CARGO 016 PROCURADOR MUNICIPAL
---------------------------	---

NOME:

DOCUMENTO:

20 de Dezembro de 2020

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Confira sua prova para ver se está de acordo com o Edital; o candidato terá 30 minutos para fazer sua reclamação em caso de questões ilegíveis, alternativas incompletas e troca, se for o caso, por outro caderno.
3. As reclamações sobre demais aspectos da prova deverá ser registradas em ata de sala.
4. **Após 1 hora do início da prova, o candidato que necessitar, poderá deixar a sala acompanhado pelo fiscal volante.**
5. A prova é composta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com cinco alternativas cada uma, sempre na sequência *a, b, c, d, e*, das quais somente uma é correta.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome nele impresso corresponde ao seu. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de sala.
7. Transcreva para o cartão-resposta a opção que julgar correta em cada questão, preenchendo o quadro correspondente com caneta de tinta preta. Não ultrapasse o limite do espaço destinado para cada marcação.
8. **Não haverá substituição do cartão-resposta por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato.** A marcação de mais de uma alternativa em uma mesma questão resultará na perda apenas da questão pelo candidato.
9. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não), inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a exclusão do candidato deste concurso.
10. Ao deixar a sala de prova, o candidato deverá entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE PROVA**, exceto no caso de o candidato deixar a sala na última hora prevista para seu encerramento, neste caso, ele poderá levar apenas o caderno de prova.
11. **A duração da prova é de 3 horas.** Esse tempo inclui a resolução das questões e o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Disciplinas

Língua Portuguesa	10 Questões
Conhecimentos Específicos	30 Questões

DESTAQUE AQUI

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

PORTUGUÊS
Questões numeradas de 01 a 10

Texto para as questões 1 - 5.

Os produtos derivados de soja sempre foram conhecidos por duas características. A primeira é a fama de que fazem bem à saúde. Essa fama é justificada pelos nutricionistas. Eles dizem que bebidas ou alimentos feitos a partir da soja aumentam o colesterol bom no sangue e são indicados como fonte de cálcio, entre outros nutrientes. A segunda característica é bem menos lisonjeira para o grão, nativo da China. Pelo menos no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável. E é por isso que as bebidas derivadas de soja nunca fizeram muito sucesso por aqui.

Então como se explica que as vendas de sucos de soja tenham crescido em torno de 25% ao ano desde 2002? É uma taxa oito vezes maior que a dos refrigerantes comuns, segundo o instituto A/C Nielsen, especializado em pesquisas de mercado. A explicação está nos pesados investimentos que a indústria de bebidas fez na soja, nos últimos cinco anos. O que moveu os grandes fabricantes foi o crescente mercado de produtos saudáveis no mundo inteiro. Além disso, as bebidas derivadas de soja são mais elaboradas e podem ser vendidas por um preço maior que os sucos comuns – e dar mais lucro.

(Disponível em: < <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80476-8056,00.html> >. Acesso em: 15 fev 2020.)

01. Em conformidade com o texto, pode-se afirmar:

- I. Um dos motivos dos derivados de soja não serem comercializados no Brasil é devido ao seu sabor desagradável.
- II. O tratamento especial da soja pelas indústrias rendem aos fabricantes maiores lucros.
- III. Os investimentos na soja se deram pelo sucesso do grão ser taxado pelos seus ricos valores nutritivos.
- IV. As bebidas derivadas da soja não são consideradas bebidas comuns, mesmo que no Brasil o seu sabor seja desagradável.

É **VERDADEIRO** o que se afirma em:

- a) II e IV apenas.
- b) I, II e III apenas.
- c) I, III e IV apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I, II, III e IV.

02. “Os produtos derivados de soja sempre foram conhecidos por duas características.” Na reconstrução dessa ideia, tem-se:

“É de conhecimento de todos que, os produtos extraídos dos grãos de soja são possuidores de pelo menos duas características bastante peculiares”.

Na retextualização foi utilizado um recurso intertextual conhecido como:

- a) Intertextualidade.
- b) Perífrase.
- c) Paráfrase.
- d) Alusão.
- e) Síntese.

03. “[...] *bem menos lisonjeira para o grão, nativo da China.*” A palavra sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo semântico para o texto, por:

- a) Natal.
- b) Genuíno.
- c) Inato.
- d) Adventício.
- e) Exótico.

04. “*Pelo menos no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável. E é por isso que as bebidas derivadas de soja nunca fizeram muito sucesso por aqui.*” Aponte a alternativa que, ao alterar a pontuação, mantém a mesma função semântica e correção gramatical.

- a) Pelo menos, no Brasil a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável. E, é por isso, que as bebidas derivadas de soja nunca fizeram muito sucesso por aqui.
- b) Pelo menos, no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável. E, é por isso que, as bebidas derivadas de soja nunca fizeram muito sucesso por aqui.
- c) Pelo, menos no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável. E é por isso que, as bebidas derivadas de soja nunca fizeram muito sucesso por aqui.
- d) Pelo menos no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável e, é por isso que as bebidas derivadas de soja, nunca fizeram muito sucesso por aqui.
- e) Pelo menos, no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável, e é por isso, que as bebidas derivadas de soja, nunca fizeram muito sucesso por aqui.

Textos complementares para esta questão

TEXTO I



(Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/portugues/oracoes-coordenadas>>.

Acesso em: 15 fev 2020.)

TEXTO II



(Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/portugues/oracoes-coordenadas>>. Acesso em: 15 fev 2020.)

05. Na perspectiva de Bechara (2009), a língua possui unidades que são capazes de unir orações em um mesmo enunciado, nomeadas pela gramática prescritiva de conjunções. As conjunções são dispostas em dois tipos: coordenadas e subordinadas.

Nas tiras apresentadas nesta questão, é possível identificarmos dois tipos de conjunções coordenadas, uma com ideia de soma e outra com ideia de oposição, respectivamente. Por conseguinte, no fragmento do texto base da questão anterior, *“Pelo menos no Brasil, a soja sempre foi tida como um alimento de sabor desagradável. E é por isso que as bebidas derivadas de soja nunca fizeram muito sucesso por aqui.”*, há estrita relação linguística com uma das tirinhas apresentadas nesta questão, expressando a mesma circunstância de:

- TEXTO I - circunstância de soma, tendo em vista que a conjunção coordenada “e” é classificada pela gramática normativa como aditiva, tanto no texto base como na tira.
- TEXTO I - circunstância de soma, uma vez que, devido à pontuação do fragmento do texto base, a conjunção “e” sofre alteração semântica, tendo o mesmo sentido de “e não” na tira.
- TEXTO II - circunstância de oposição, porque a conjunção coordenada “mas” é classificada pela gramática normativa como adversativa, tanto no texto base como na tira.
- TEXTO II - circunstâncias de soma e oposição, visto que as conjunções coordenadas “e” e “mas” são classificadas pela gramática normativa como aditiva e adversativa, tanto no texto base como na tira.
- TEXTO II - circunstância adversativa, porquanto devido à pontuação do fragmento do texto base, a conjunção “e” sofre alteração semântica, tendo o mesmo sentido de “mas também” na tira.

Texto para esta questão



(Disponível em: <<http://asemanacuritiba.com.br/2.1175/da-crase-sabe-se-o-qu%C3%AA-1.2101367>>. Acesso em: 16 fev 2020.)

06. Em conformidade com o bom uso da crase quando relacionada à ideia de movimento, já prescrita na gramática normativa, mencionada na tira em análise, assinale a frase **INCORRETA** quanto ao uso ou não do assento grave.

- Vou à Bahia.
- Fui a Roma.
- Fui a Roma antiga.
- Vou à velha Curitiba.
- Vou à praia amanhã.

Texto para as questões 7 - 8.

O evento

“O pai lia o jornal – notícias do mundo. O telefone tocou tiritim-tiritim. A mocinha, filha dele, dezoito, vinte, vinte e dois anos, sei lá, veio lá de dentro, atendeu: ‘Alô. Dois quatro sete um dois cinco quatro. Mauro!!! Puxa, onde é que você andou? Há quanto tempo! Que coisa! Pensei que tinha morrido! Sumiu! Diz! Não!?! É mesmo? Que maravilha! Meus parabéns!!! Homem ou mulher? Ah! Que bom!... Vem logo. Não vou sair não’. Desligou o telefone. O pai perguntou: ‘Mauro teve um filho?’ A mocinha respondeu: ‘Não. Casou’.”

MORAL: JÁ NÃO SE ENTENDEM OS DIÁLOGOS COMO ANTIGAMENTE (FERNANDES, Millôr. Evento. In: FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 78-79.)

07. Apresente a afirmativa que traz o nome do gênero textual classificado no texto em destaque e a sequência tipológica predominante nele, respectivamente.

- Narração e fábula.
- Fábula e narração.
- Telefonema e narração.
- Narração e telefonema.
- Fábula e telefonema.

08. Pelos comentários feitos pelo narrador, pode-se concluir **CORRETAMENTE** que:

- O pai tem um conhecimento de mundo que lhe permite supor que Mauro teve um filho, já que a mocinha dissera: “*Que maravilha! Meus Parabéns!!! Homem ou mulher?*” Entretanto, houve uma quebra da linguagem artificial ao se aproximar da

linguagem natural, quando a filha responde que Mauro havia se casado; essa quebra confirma-se na moral apresentada.

- b) O conhecimento de mundo do pai é limitado e age em desconformidade com o texto apresentado, uma vez que ao perceber o que Mauro dissera à mocinha, na reação dela em: “É mesmo? Que maravilha! Meus parabéns!!! Homem ou mulher?” é aplicado, no fim do texto, uma moral divergente com a realidade, já que o mundo moderno difere do “de antigamente” e, conseqüentemente, as nuances textuais são feitas em conformidade com os textos usuais.
- c) Percebe-se que, todas as análises interpretativas do texto são auferidas pelo narrador em 1ª pessoa, no qual consegue manipular o sentido do texto para o leitor. Assim, o texto por si consegue cumprir o processo de construção de sentido, dispensando todos os pressupostos e subentendidos.
- d) No texto, há apenas a presença de coesão em um nível microtextual, uma vez que há quebra da linguagem natural ao se aproximar da linguagem artificial, quando a mocinha responde que Mauro havia se casado; essa quebra confirma-se na moral em destaque.
- e) A moral apresentada no texto é prova categórica do entendimento do pai de todo o contexto discursivo, já que a ideia central da tessitura textual gira em torno do que foi dito pela mocinha em: “Homem ou mulher? Ah! Que bom!...”, fazendo o narrado observador ironizar o suposto casamento de Mauro, no qual se dá de forma desconhecida, posto que não se sabe se foi com um homem ou uma mulher.

09. Na fala, “[...] A mocinha, filha dele, dezoito, vinte, vinte e dois anos, sei lá, veio lá de dentro, atendeu [...]” há quebra de entoação do narrador observador. Nessa perspectiva, a construção de sentido se dá:

- a) Porque a ausência de vírgula configura-se em “erro de português”, tão comum na linguagem oral.
- b) Tendo em vista o narrador transcrever a observação de igual modo como aconteceu, ocasionando um “erro” de ortografia, já que a linguagem escrita é divergente da linguagem oral.
- c) De forma falha, portanto é fácil identificar que o narrador erra os padrões da escrita, já que poderia omitir esta parte: “[...] dezoito, vinte [...]”, na qual não traz qualquer sentido/informação ao texto.
- d) Porque o texto foi escrito em conformidade com o contexto anunciativo de realização, em que existe proximidade das marcas de oralidade na linguagem escrita.
- e) Por conta da quebra de sentido presente neste fragmento semelhante ao analisado: “Alô. Dois quatro sete um dois cinco quatro”, no qual, em decorrência da ausência de entoação, fere a gramática normativa.

10. Nas palavras **entristecer** e **entardecer**, temos os seguintes elementos mórficos: *prefixo, radical e sufixo*. Dentre os processos de formação das palavras elas se enquadram como:

- a) Composição por justaposição.
- b) Composição por aglutinação.
- c) Derivação prefixal.
- d) Derivação sufixal.
- e) Derivação parassintética.

QUESTÕES ESPECÍFICAS
Questões numeradas de 11 a 40

11. A Ação Civil Pública:

- a) É sempre sigilosa, não se admitindo emissão de qualquer certidão ou informação durante o andamento do processo.
- b) Independe de prévia instauração de inquérito civil.
- c) Não pode ser proposta contra danos causados ao meio ambiente.
- d) Não pode ser proposta pelo ministério público.
- e) Não pode ter por objeto determinar obrigação de fazer.

12. A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, que tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público, será proposta perante o:

- a) Superior Tribunal de Justiça – STJ.
- b) Supremo Tribunal Federal – STF.
- c) Tribunais de Alçada dos Estados – TA.
- d) Tribunais de Justiça Estaduais – TJ.
- e) Tribunais Regionais Federais – TRF.

13. A extinção da punibilidade é a perda do direito do Estado de punir o agente autor de fato típico e ilícito. Nas alternativas abaixo, marque a que **NÃO** é caso de extinção da punibilidade.

- a) Pela anistia, graça ou indulto.
- b) Pela desistência voluntária.
- c) Pela morte do agente.
- d) Pela prescrição, decadência ou preempção.
- e) Pela retroatividade da lei que não mais considera o fato como criminoso.

14. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida:

- a) Pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- b) Pelo Poder Judiciário no que concerne aos aspectos de legalidade e pelo Legislativo no tocante a oportunidade e conveniência.
- c) Pelo Poder Judiciário quanto aos aspectos de discricionariedade, e da própria administração, em nível superior, quanto aos aspectos de legalidade.
- d) Pelo Poder Legislativo, com auxílio do Poder Judiciário no que concerne à legalidade da execução orçamentária.
- e) Pelo Tribunal de Contas no que concerne ao juízo de oportunidade e conveniência, excluída apreciação de economicidade e legalidade, exclusivos do poder Legislativo.

15. A legislação brasileira apresenta tributos calculados sobre o lucro e a receita das empresas. Empresa que vende energia elétrica, tem qual imposto incidente sobre sua receita.

- a) Imposto de Importação.
- b) Imposto de Renda Retido na Fonte.
- c) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
- d) Imposto sobre Operações Financeiras.
- e) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

16. "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio." O texto acima traz dispositivo do Código Penal acerca do crime de:

- a) Advocacia Administrativa.
- b) Concussão.
- c) Furto.
- d) Peculato.
- e) Prevaricação.

17. Assinale a afirmativa em que **NÃO** apresenta requisito para execução no Brasil de sentença proferida no estrangeiro.

- a) A sentença deve ter sido proferida por juiz competente.
- b) A sentença estar traduzida por intérprete autorizado.
- c) A sentença já deve ter sido homologada pelo Supremo Tribunal de Justiça.
- d) Ter havido citação legal das partes ou haver-se legalmente verificado à revelia.
- e) Ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida.

18. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca de atos administrativos.

- a) Atos Enunciativos: Certidões, atestados, pareceres técnicos, pareceres normativos, apostilas.
- b) Atos Negociais: Certidões, atestados, pareceres técnicos, pareceres normativos, apostilas
- c) Atos normativos: Decretos e regulamentos, instruções normativas, regimentos, resoluções, deliberações.
- d) Atos Ordinatórios: Instruções, circulares, avisos, portarias, ordens de serviço, ofícios, despachos.
- e) Atos Punitivos: Multa, interdição de atividade, destruição de coisas.

19. Assinale a alternativa em que apresenta um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

- a) A Dignidade da Pessoa Humana.
- b) A Prevalência dos Direitos humanos.
- c) A Soberania Nacional.
- d) Construir uma Sociedade Livre, Justa e Solidária.
- e) O Pluralismo Político.

20. Avalie o seguinte conceito:

Método administrativo de simplificação e aceleração do serviço dentro da mesma entidade, formando uma técnica administrativa utilizada para distribuir internamente as

competências.

Após análise, este conceito se refere a:

- a) Centralização administrativa.
- b) Concentração de poderes.
- c) Derivação administrativa.
- d) Descentralização administrativa.
- e) Desconcentração administrativa.

21. Caso não haja disposição contrária, a lei vigorará no Brasil, após sua regular publicação, em quantos dias?

- a) Imediatamente após a publicação.
- b) 20 (vinte) dias após sua regular publicação.
- c) 30 (trinta) dias após sua regular publicação.
- d) 45 (quarenta e cinco) dias após sua regular publicação.
- e) 90 (noventa) dias após sua regular publicação.

22. Com relação a Usucapião urbana é **INCORRETO** afirmar:

- a) A área a ser usucapida deve ser de até trezentos e cinquenta metros quadrados.
- b) O possuidor da área não poderá ser proprietário de nenhuma outra área urbana ou rural.
- c) O possuidor deve utilizar a área para sua moradia.
- d) O possuidor deverá exercer a posse por cinco anos ininterruptos e sem objeção.
- e) O possuidor poderá ser casado e deve utilizar a área como moradia sua e de sua família, se for o caso.

23. Crédito tributário é um valor que o sujeito ativo, o Estado, pode exigir do sujeito passivo, o contribuinte ou responsável. Essa cobrança é decorrente de uma obrigação tributária, e é constituída após o lançamento. Extingue o crédito tributário:

- a) A isenção.
- b) A moratória.
- c) A transação.
- d) O depósito de seu montante integral.
- e) O parcelamento.

24. Dentre as hipóteses descritas nas alternativas abaixo, qual é o caso de aceitabilidade constitucional do bis in idem e da bitributação?

- a) Cobrança de contribuição de melhoria quando houver duas obras realizadas por entes federativos distintos.
- b) Cobrança de imposto sobre a renda de servidores públicos quando estes estiverem em serviço em dois entes federativos distintos.
- c) ICMS, ISS, IRPF e IRRF pela União nos territórios.
- d) Imposto extraordinário e residual dos Estados, Municípios e União.
- e) Imposto extraordinário, pela União, na iminência ou no caso de guerra externa.

25. É o acontecimento futuro e incerto de que depende a eficácia do negócio jurídico, tendo sua regulação nos arts. 121 a 130 do Código Civil. Futuro e incerto é o evento que

ainda acontecerá, mas as partes não têm ciência do dia da sua ocorrência. Isso pode acontecer porque as partes dependem de um fato alheio à sua vontade. Pode ser suspensiva ou resolutive. A condição suspensiva impossibilita a produção dos efeitos até que o evento futuro e incerto seja realizado. Para que o negócio jurídico seja completamente implementado depende de diversos fatores característicos. Caso seja posta cláusula conforme conceituado acima, tal disposto será entendido como cláusula de:

- a) Condição.
- b) Custo.
- c) Elegibilidade.
- d) Encargo.
- e) Termo.

26. Em relação à aplicação da lei penal, marque a afirmativa **CORRETA**.

- a) A analogia é expressamente e absolutamente proibitiva no tangente a aplicação da lei penal.
- b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, bem como o lugar onde se produziria o resultado.
- c) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) Ficam sujeitos a lei brasileira, mesmo que o crime seja praticado no exterior, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República e do Congresso Nacional.
- e) Os efeitos da lei temporária somente serão observados para fim de punibilidade, enquanto esta viger.

27. Marque a alternativa em que consta um crime contra a fé pública.

- a) Apologia ao crime.
- b) Constituição de milícia privada.
- c) Formação de quadrilha.
- d) Incitação ao crime.
- e) Moeda falsa.

28. Marque a alternativa em que **NÃO** se apresenta uma característica para que se evidencie a Responsabilidade Civil do Estado.

- a) É regida pelo Direito Civil, pois o Estado, quando responsabilizado civilmente, equipara-se ao particular.
- b) Em tese, a responsabilidade civil do Estado é objetiva.
- c) Independe de Responsabilização criminal e administrativa para se caracterizar.
- d) Não decorre de atividade direta do Estado, mas sim da constatação de danos causados em razão de suas próprias atividades.
- e) Tal responsabilidade é legal e não contratual.

29. Marque a alternativa em que o princípio constitucional do direito penal **NÃO** corresponde ao seu conceito.

- a) Princípio da Individualização da Pena: Qualquer que seja a pena aplicada, ela estará restrita à liberdade, ao patrimônio e à pessoa do condenado. A exceção é o uso do

patrimônio transferido em herança para quitar obrigação de decretação de perdimento de bens e de reparação de dano.

- b) Princípio da Irretroatividade: Enquanto as leis em geral gozam de retroatividade mínima – alcançam obrigações vencidas não pagas e por vencer –, a lei definidora de crime não retroage senão para beneficiar o réu.
- c) Princípio da Legalidade: A norma basilar do Direito Penal é a não existência de crime sem lei anterior que o defina. Isto é, para que uma conduta seja considerada um delito, é preciso que seu dispositivo e sua hipótese de incidência estejam previstos em um documento escrito que superou todas as etapas do processo legislativo.
- d) Princípio da Presunção da Inocência: Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- e) Princípio da Responsabilidade Pessoal: Qualquer que seja a pena aplicada, ela estará restrita à liberdade, ao patrimônio e à pessoa do condenado. A exceção é o uso do patrimônio transferido em herança para quitar obrigação de decretação de perdimento de bens e de reparação de dano.

30. Marque a alternativa **INCORRETA** acerca da classificação da Constituição Brasileira de 1988.

- a) A CF/88 é eclética quanto a ideologia.
- b) A CF/88 é escrita codificada quanto a forma.
- c) A CF/88 é quanto ao modo de elaboração, dogmática.
- d) A CF/88 é rígida quanto a alterabilidade.
- e) A CF/88 é sintética quanto a extensão.

31. **NÃO** pode ser considerado empresário por força do disposto no Código Civil Brasileiro de 2002.

- a) Clínica médica com trinta médicos contratados e setores de finanças, contábil e jurídico.
- b) Consultório Odontológico com um profissional de odontologia auxiliado por uma secretária.
- c) Indústria de produtos químicos.
- d) Loja de venda de roupas em Shoppings Centers.
- e) Salão de cabeleireiro com diversos barbeiros contratados.

32. O Direito Administrativo é o ramo do Direito Público em que há predominância do interesse do Estado disciplinando os interesses gerais. Para serem externados os regramentos do Direito Administrativo, tem-se pontos de partida, de onde são emanadas tais regras, as conhecidas fontes do direito. Assinale a alternativa abaixo que **NÃO** pode ser reconhecida como fonte do direito administrativo.

- a) A Doutrina.
- b) A Jurisprudência.
- c) A Lei.
- d) A Sentença Judicial.
- e) Os Costumes.

33. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente, **EXCETO**:

- a) A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- b) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) O dia (data) em que foi inscrito o crédito tributário atingido pela irretroatividade tributária.
- d) O nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- e) Sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

34. Poderes administrativos são instrumentos que a Administração Pública utiliza para atender às suas finalidades, para que os agentes administrativos ajam para cumprir os fins a que o Estado se propõe. Acerca dos poderes administrativos, assinale a alternativa que apresente a correlação correta entre o “Poder” e a descrição que a segue.

- a) Poder de Polícia: é exercido em benefício da coletividade e do próprio Estado, sendo o poder que a Administração Pública possui para restringir o gozo de bens, atividades e direitos individuais.
- b) Poder Discricionário: dever da Administração Pública agir de acordo com uma regra existente.
- c) Poder Hierárquico: deriva do Poder Disciplinar quando torna possível a prerrogativa de os superiores hierárquicos darem ordens aos seus subordinados.
- d) Poder Regulamentar: poder delegado aos agentes públicos para editar e publicar leis, decretos e portarias de interesse da coletividade.
- e) Poder Vinculado: permite que o agente público escolha, dentro de limites legais, escolher qual ação deve exercer.

35. São gratuitos para os reconhecidamente pobres na forma da lei:

- a) A ação civil pública.
- b) O habeas corpus.
- c) O mandado de injunção.
- d) O mandado de segurança.
- e) O registro civil de casamento.

36. Servidor público é vítima de incessantes humilhações diversas originadas de seu superior hierárquico, chegando a culminar em remoção sem justificativa para outra unidade da federação do servidor destinatário das humilhações. Diante de tal circunstância, o servidor ajuíza ação de indenização por danos morais e materiais, por causa do sofrimento experimentado com as humilhações e consequentes gastos médicos para superar o dano psicológico. Restou comprovado os fatos narrados, sendo assim a responsabilidade:

- a) É atribuível de forma principal ao agente público, por ser o causador direto do dano; e de forma subsidiária ao ente estatal.
- b) É exclusiva do agente público, pois o Estado, por não ter obtido nenhum benefício, não pode ser apenado por atitude deliberada de servidor.
- c) É exclusiva do Estado que não atentou a tempo para a ocorrência dos fatos narrados na assertiva.
- d) É solidária entre o Estado e o agente público causador do assédio moral e responsável pela remoção injustificada.
- e) Não pode se responsabilizar o Estado em nenhuma hipótese, tendo em vista todas as atuais campanhas contra o assédio moral em serviço.

37. Sobre a competência da União para instituir impostos marque a afirmativa **INCORRETA**.

- a) É de responsabilidade da União a instituição de impostos sobre importação de produtos estrangeiros.
- b) IPI será seletivo em função de sua essencialidade.
- c) O imposto de renda e proventos de qualquer natureza será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade na forma da lei.
- d) O imposto sobre grandes fortunas será instituído nos termos de lei ordinária.
- e) O ITR não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.

38. Sobre prescrição, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) A prescrição aquisitiva consiste não em perda, mas na aquisição de um direito real sobre um bem pelo decurso do prazo.
- b) A prescrição atua diretamente sobre a pretensão, fazendo com que a proteção judicial desse direito não possa ser exercida.
- c) A prescrição extinguirá o direito em si, atingindo-o indiretamente, pois, uma vez extinta a sua forma de proteção, o direito propriamente dito ficará prejudicado.
- d) A prescrição extintiva diz respeito à prescrição genérica, ou seja, a perda da pretensão, ou seja, perda da proteção jurídica relativa ao direito pelo decurso (perda) de prazo.
- e) A prescrição reprime a inércia (atitude passiva) e incentiva o titular do direito a tomar providências que possibilitem o exercício de seu direito em um período de tempo razoável.

39. Tendo a Lei 8.666/1993, é dispensável a licitação:

- a) Para a contratação de profissional com capacidade única de realizar um conserto em um bem inservível.
- b) Para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) Para aquisição de itens de marcas específicas.
- d) Para aquisição de serviços continuados.
- e) Para aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

40. Teste realizado para determinação do momento da morte que tem como uma das consequências jurídicas a sucessão patrimonial.

- a) Tipagem Sanguínea.
- b) Solução hidrostática.
- c) Docimasia de triagem neonatal.
- d) Docimasia Sanguínea de Galeno.
- e) Docimasia hidrostática de Galeno.